



INVESTIR
NA TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA

Transição Energética no Setor Público

POLICY NOTE

Março 2025



Sumário Executivo

A transição energética no setor público é essencial para alcançar os objetivos nacionais e europeus de descarbonização, sendo este setor um agente com elevado potencial de exemplo e impacto direto nas comunidades. O projeto RAISE-PT, cofinanciado pelo programa LIFE da União Europeia, promoveu um processo colaborativo entre entidades públicas e privadas para identificar barreiras e propor soluções concretas que acelerem essa transição.

Durante o primeiro ano do projeto, foram identificados três eixos críticos que dificultam a implementação de projetos de eficiência energética e energias renováveis no setor público: financiamento, capacitação e enquadramento legislativo e regulatório. Estas barreiras interligam-se, dificultando desde o planeamento até à execução dos projetos, com impacto direto na mobilização de recursos e no cumprimento das metas.

No eixo financeiro, destaca-se a dificuldade de acesso a financiamento adequado — tanto público como privado — devido a processos complexos, exigências de cofinanciamento elevadas e prazos de execução curtos. Embora os municípios demonstrem maior dinamismo, carecem de instrumentos ajustados à sua realidade. A criação de mecanismos híbridos e a flexibilização das regras dos programas operacionais, surgem como soluções prioritárias.

No campo da capacitação, a falta de conhecimento técnico nas entidades públicas e nos decisores políticos representa uma limitação significativa. A ausência de diagnósticos energéticos e planos estratégicos compromete a capacidade de candidatura e execução de projetos. Recomendam-se, assim, o reforço da formação, a criação de *hubs* regionais de assistência técnica e o apoio à monitorização e planeamento como etapas prévias financiadas, fundamentais para estruturar intervenções sustentadas.

A nível legislativo e regulatório, a complexidade dos procedimentos de contratação pública, as dificuldades no licenciamento e a ausência de normas adaptadas às realidades técnicas impedem a inovação e a agilidade na implementação. As soluções de

POLICY NOTE

Autoconsumo Coletivo (ACC) e Comunidades de Energia Renovável (CERs), apesar do seu potencial, estão bloqueadas por entraves legais e burocráticos, exigindo alterações no enquadramento jurídico para garantir a sua viabilidade.

Face a este diagnóstico, o projeto RAISE propõe um conjunto de recomendações práticas que visam criar um ecossistema mais favorável à transição energética no setor público. Estas incluem: o redesenho dos programas de financiamento, o reforço da capacitação técnica, a simplificação legislativa, o apoio na fase de definição de projetos e a promoção da partilha de boas práticas. O envolvimento coordenado de todos os níveis de governação e a criação de instrumentos mais ajustados à realidade do setor público são essenciais para desbloquear o seu potencial e acelerar a descarbonização em Portugal.

Índice

Sumário Executivo	I
1. Barreiras para a transição energética no Setor Público.....	1
1.1. Enquadramento	1
1.2. Barreiras de Financiamento.....	2
1.3. Barreiras de conhecimento e informação	4
1.4. Barreiras Regulatórias e Legislativas.....	4
2. Recomendações para a quebra de barreiras	6
2.1. Acesso ao Financiamento	6
2.2. Capacitação.....	9
2.3. Regulatório e Legislativo.....	11

1. Barreiras para a transição energética no Setor Público

1.1. Enquadramento

As recomendações da presente nota, surgem no contexto do diálogo promovido pelo RAISE junto dos participantes do GT da Transição Energética do Setor Público, identificados no Anexo 2. Foram identificados três eixos prioritários de ação para promover o financiamento na transição energética neste setor, sendo estes:

- **Acesso ao financiamento** - A forma como a arquitetura dos mecanismos de financiamento, tanto a nível europeu como nacional, condiciona o acesso das entidades públicas aos fundos disponíveis. Este eixo inclui não só a complexidade e rigidez dos processos de candidatura, mas também a falta de alinhamento entre os instrumentos financeiros existentes e as realidades do setor público, dificultando o planeamento a longo prazo e a mobilização eficaz de recursos.
- **Capacitação** - A carência de capacidades técnicas e humanas dentro das entidades públicas compromete todo o ciclo da transição energética. Desde o desconhecimento profundo da realidade dos edifícios e infraestruturas, passando pela ausência de diagnósticos energéticos e planos estratégicos de descarbonização, até à limitação para elaborar análises técnico-financeiras robustas, fundamentais para justificar investimentos e atrair financiamento. Esta fragilidade afeta não apenas a capacidade de submeter candidaturas, mas também a implementação e monitorização eficaz dos projetos.
- **Legislativo** - A transição energética no setor público é condicionada por um quadro legislativo fragmentado, com múltiplos instrumentos e entidades responsáveis, mas pouca articulação entre si. A ausência de uma estratégia nacional clara e transversal para a descarbonização do setor público, dificulta a previsibilidade necessária ao investimento. Além disso, a instabilidade e

POLICY NOTE

complexidade normativa, nomeadamente nos regimes de contratação pública, gestão orçamental e procedimentos de licenciamento, geram entraves à execução de projetos e ao acesso a financiamento. Esta indefinição é agravada pela falta de alinhamento entre as políticas públicas e os instrumentos financeiros disponíveis, criando um hiato entre ambição política e capacidade operacional. Falta também reforçar o papel das entidades públicas enquanto agentes da transição energética, com um quadro legal que permita maior autonomia, flexibilidade e incentivos para investir em soluções sustentáveis.

A dificuldade em concretizar a transição energética neste setor resulta de uma combinação de fatores, que incluem barreiras financeiras, ausência de conhecimento técnico especializado (*know-how*), obstáculos regulamentares e insuficiências institucionais. Estes desafios prejudicam o alcance das metas estabelecidas, como a descarbonização, a eficiência energética e a aumento do uso de fontes energéticas renováveis.

A falta de financiamento adequado, associada ao excesso de burocracia nos processos administrativos e à escassez de recursos humanos especializados, agrava a situação, dificultando a implementação de projetos sustentáveis e a mobilização de investimentos necessários.

1.2. Barreiras de Financiamento

As barreiras financeiras nos projetos de transição energética no âmbito do Setor Público incluem, em primeiro lugar, a falta de capacidade financeira, que impede muitas entidades de iniciar ou expandir suas iniciativas de energia sustentável. As fontes de financiamento são escassas, dado que os fundos próprios (ou do Orçamento de Estado ou de orçamentos municipais) têm tipicamente usos mais imediatos e em grande parte dos casos cobrem despesas de funcionamento e não de investimento. Normalmente restam os programas de apoio europeu e o financiamento privado.

O apoio europeu disponível é frequentemente considerado pouco atrativo, uma vez que, em muitos casos, dado que cobre apenas uma percentagem do valor total do

POLICY NOTE

investimento, ou não tem participação relevante a fundo perdido. Esta limitação coloca uma pressão adicional sobre as entidades, que frequentemente não possuem capacidade financeira suficiente para assegurar a percentagem remanescente. Como resultado, muitos projetos acabam por ser desconsiderados ou mesmo abandonados, dificultando o progresso na implementação de iniciativas de transição energética.

No caso do financiamento privado, os desafios são ainda mais acentuados no contexto do setor público. Apesar de existirem áreas onde o investimento privado poderia complementar o financiamento público — como projetos de eficiência energética, produção de energia renovável descentralizada ou serviços energéticos — o ambiente legal e administrativo desincentiva a participação destes agentes. Os trâmites associados à contratação pública, os prazos prolongados, a exigência de vistos prévios do Tribunal de Contas e a rigidez orçamental colocam entraves significativos, mesmo quando o investimento seria assumido integralmente por privados. Estes obstáculos reduzem a atratividade dos projetos públicos, levando os investidores a optar por setores ou mercados onde o retorno é mais ágil, o risco regulatório é menor e os processos são mais previsíveis.

Por fim, a necessidade de garantir investimentos de longo prazo constitui uma barreira adicional à mobilização de financiamento privado. Muitos projetos de transição energética no setor público — como a reabilitação energética profunda de edifícios escolares e administrativos, a substituição de sistemas térmicos ineficientes por soluções baseadas em energias renováveis, ou a instalação de sistemas de gestão e monitorização energética — exigem compromissos financeiros plurianuais e apresentam retornos mais difusos e prolongados no tempo. Para muitas entidades públicas, especialmente municípios com menor capacidade administrativa, assumir este tipo de compromisso é percecionado como arriscado ou mesmo inexecutável, dadas as restrições orçamentais, a rigidez da lei dos compromissos plurianuais e a instabilidade legislativa que afeta a continuidade dos contratos. Esta perceção de risco e falta de previsibilidade compromete a capacidade de estruturar projetos financeiramente robustos e atrativos

para o investimento privado, limitando o avanço de iniciativas críticas para a transição energética no setor público.

1.3. Barreiras de conhecimento e informação

As barreiras relacionadas com o know-how sobre todos estes temas afetam diretamente a implementação de projetos de transição energética, e consequente o financiamento dos mesmos. Existem vários níveis de impacto neste tema. O primeiro refere-se à falta de capacitação técnica dentro das próprias organizações públicas. Muitas estruturas não dispõem do know-how necessário para identificar oportunidades, desenhar projetos bem fundamentados, aplicar boas práticas ou selecionar os mecanismos mais eficazes para gerar poupanças e maximizar o impacto energético. Um segundo nível, indireto mas igualmente crítico, está relacionado com a falta de conhecimento técnico e capacitação nas entidades responsáveis pelos processos de licenciamento e acompanhamento dos projetos. Esta limitação compromete a previsibilidade e agilidade dos processos administrativos, tornando mais difícil o planeamento, a calendarização e a execução de intervenções no terreno,

Nas discussões do Grupo de Trabalho foi ainda identificado um terceiro nível de barreira: a falta de sensibilização e compreensão, por parte dos decisores políticos, dos impactos e benefícios associados aos projetos de eficiência e transição energética. Estas iniciativas exigem, muitas vezes, um investimento inicial significativo, com retornos apenas a médio ou longo prazo — o que nem sempre se enquadra nos ciclos de decisão política e orçamental. Sem informação clara e acessível sobre os impactos futuros, os decisores tendem a privilegiar soluções imediatas, o que compromete a adoção de estratégias sustentáveis e de maior alcance.

1.4. Barreiras Regulatórias e Legislativas

As barreiras legislativas e regulatórias são um dos principais entraves à concretização de projetos de transição energética no setor público, muitas vezes agravando os efeitos da falta de capacitação técnica interna. Mesmo quando existe vontade política e acesso a financiamento, a complexidade e rigidez do quadro normativo nacional dificulta a

execução de projetos, especialmente os que exigem inovação, abordagens integradas ou investimentos de longo prazo.

A contratação pública continua a ser uma das áreas mais problemáticas. Os procedimentos atuais são morosos, inflexíveis e pouco adaptados à especificidade de projetos de eficiência energética ou serviços energéticos, como contratos de desempenho energético (EPC). A impossibilidade de adjudicar com base em critérios de ciclo de vida, a dificuldade de incluir cláusulas de partilha de poupança, e a exigência de vistos prévios (como o do Tribunal de Contas), criam entraves que levam muitas entidades a abandonar ou reduzir a ambição dos seus projetos.

Além disso, o quadro legal não está totalmente adaptado às realidades técnicas e territoriais da transição energética. Por exemplo, há limitações à utilização de energia produzida localmente por edifícios públicos dispersos, dificuldades na instalação de sistemas renováveis em zonas classificadas ou com restrições patrimoniais, e prazos de execução demasiado curtos que não se ajustam aos ciclos orçamentais e processuais das administrações públicas. Alterações legislativas frequentes e interpretações conservadoras por parte de entidades de tutela ou fiscalização contribuem ainda para um ambiente de incerteza que desincentiva a inovação e o investimento.

No caso das Comunidades de Energia Renovável (CERs), embora estas representem uma oportunidade clara para o setor público — permitindo reduzir custos energéticos, aumentar a autonomia local e fomentar o envolvimento comunitário — persistem várias barreiras. Entre elas, destacam-se a dificuldade em utilizar a energia gerada pelas CERs para abastecer edifícios públicos não contíguos, a indefinição sobre os modelos de governação e partilha de benefícios, e a falta de orientação normativa clara para a participação de autarquias enquanto membros ativos e beneficiários. Estas limitações legais e operacionais têm travado o potencial de escala das CERs no setor público, mesmo quando existe motivação local e acesso a financiamento.

2. Recomendações para a quebra de barreiras

As recomendações políticas apresentadas resultam do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto RAISE, nomeadamente, por meio das reuniões do Grupo de Trabalho focados na transição energética no setor público. Estas recomendações refletem as contribuições e aprendizagens adquiridas durante as discussões.

Estas recomendações são destinadas a um amplo conjunto de intervenientes, incluindo decisores políticos, organismos governamentais, entidades reguladoras e autarquias, com particular atenção aos gestores de políticas públicas e legisladores. De forma semelhante, apresenta uma relevância significativa para as entidades privadas e organizações responsáveis pela execução de projetos relacionados com a transição energética. Neste sentido, o objetivo final pretendido fomenta uma abordagem colaborativa entre os diferentes intervenientes do setor, promovendo soluções direcionadas e eficazes.

2.1. Acesso ao Financiamento

Os municípios têm sido os principais agentes da transição energética no setor público, beneficiando de maior autonomia e capacidade de gestão orçamental. Neste contexto, é fundamental priorizar a alocação de financiamento às autarquias, reconhecendo o seu papel estratégico e ajustando as condições de apoio à escala e realidade dos projetos que podem implementar.

Para isso, é necessário que os programas de financiamento tenham requisitos adaptados às especificidades do setor público local, nomeadamente em termos de capacidade técnica, prazos e cofinanciamento. Uma abordagem mais realista permitirá aumentar a taxa de acesso e execução dos projetos.

Além disso, é importante valorizar publicamente as candidaturas bem-sucedidas, promovendo o seu efeito demonstrativo, e reforçar a comunicação entre entidades financiadoras e promotoras, garantindo maior alinhamento, colaboração e eficácia no processo de candidatura.

O desenvolvimento de mecanismos de financiamento que combinem recursos

Nas diversas discussões realizadas durante as reuniões do grupo de trabalho, um tema que foi frequentemente mencionado foi a falta de financiamento, em específico, financiamento privado. Apesar de, como mencionado anteriormente, o setor público ser dependente maioritariamente de investimento público, tanto de fundos nacionais (ex: Orçamento de Estado, Fundo Ambiental), como de fundos europeus, (ex: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)), a presença de investimento privado é também ela necessária para mudar a condição atual do setor. Em exemplos de outros países europeus, como o caso da Letónia ¹ e Croácia², foram desenvolvidos mecanismos de financiamento que agregam investimento público e privado, e são utilizados de forma a aumentar a eficiência energética no setor público.

No caso da Letónia, foi desenvolvida uma abordagem estruturada para apoiar projetos sustentáveis em áreas específicas do setor público, nomeadamente, eficiência energética, energias renováveis e transporte urbano. Isto foi possível através da colaboração entre o Banco *Signet Bank* (através da concessão de empréstimos a longo prazo para estes projetos) e o Fundo Europeu *European Energy Efficiency Fund*, com o objetivo de contribuir para os objetivos inseridos no Plano Nacional de Energia e do Clima da Letónia.

No mesmo sentido, a Croácia desenvolveu uma abordagem para estimular o apoio a projetos no âmbito da eficiência energética, tanto na renovação de edifícios (públicos, privados, residenciais e multifamiliares), como também na implementação de infraestruturas de iluminação pública e sistemas de gestão energética automáticos. Estes projetos foram viabilizados através da colaboração entre Fundos Europeus e Fundos Público-privados.

¹ Signet Bank and European Energy Efficiency Fund (EEEF). (2023). Signet Bank and EEEF collaborate in Latvia to develop and finance sustainable projects. <https://www.eeef.lu/news-detail/signet-bank-and-eeef-collaborate-in-latvia-to-develop-and-finance-sustainable-projects.html>

² Interreg Central Europe. (2023). *D.3.1.1: Baseline on financing models and instruments, potentials, and policy frameworks in partner countries.*

POLICY NOTE

Na sua maioria, estes mecanismos aparecem na forma de garantias públicas (no caso de Portugal, o Banco Português de Fomento desempenha um papel fundamental na operacionalização destas garantias públicas, atuando como intermediário estratégico na implementação de instrumentos financeiros que facilitam o acesso ao financiamento) que diminuem o risco para o setor privado, aliciando-o a investir neste domínio. Este modelo de financiamento poderá ser adotado em Portugal, de forma a ultrapassar a barreira de acesso a financiamento e ao mesmo tempo promover a inserção de investimento privado no setor.

A flexibilização e adaptação dos requisitos estabelecidos nos avisos de programas de financiamento:

No seguimento da temática referente ao difícil acesso ao investimento existente, é recomendada a priorização de medidas que desbloqueiem financiamento específico para iniciativas essenciais à transição energética, como a monitorização de consumos e a elaboração de planos estratégicos. Entre os fatores que limitam o acesso ao financiamento atual, destacam-se: a comparticipação dos promotores, os prazos de implementação de projetos, o prazo de avaliação de candidaturas e a falta de avisos específicos para a administração regional e local. Desta forma, alterações nos requisitos propostos nos avisos de Programas de Financiamento, se implementadas, irão permitir a mitigação dos desafios acima mencionados, nomeadamente: a eliminação ou redução do valor de comparticipação do promotor, o aumento dos prazos de implementação, a diminuição do prazo de avaliação de candidaturas (sendo que este poderia ser sobreposto com o período de receção de candidaturas), e o aumento do número de avisos para as autarquias. Tais alterações, apesar de diretas e de simples execução, terão um impacto imediato e positivo no acesso ao financiamento para a transição energética no setor público.

Criação de uma linha de financiamento específica para apoiar etapas prévias com foco na monitorização e elaboração de planos estratégicos de transição:

Muitas entidades, especialmente ao nível local, não dispõem de dados atualizados nem de diagnósticos energéticos das suas infraestruturas, o que compromete a sua capacidade de planear investimentos, preparar candidaturas robustas e justificar tecnicamente as opções tomadas. Este tipo de apoio seria fundamental para criar as bases necessárias a uma intervenção informada, faseada e coerente com os objetivos nacionais e europeus, funcionando como um pré-requisito essencial para o acesso a financiamento subsequente.

Além disso, este investimento inicial permitiria a criação de planos-modelo e casos de estudo concretos, que poderiam servir de referência e inspiração para outros municípios, promovendo abordagens replicáveis e a partilha de boas práticas. Este tipo de apoio não só reforçaria a eficácia das intervenções futuras, como também contribuiria para um aumento progressivo da maturidade técnica das entidades públicas. No entanto, a existência deste tipo de financiamento só será eficaz se for acompanhada por um reforço da capacitação técnica.

2.2. Capacitação

Para superar as barreiras relacionadas com a falta de conhecimento e promover uma implementação mais eficaz dos projetos de transição energética, torna-se imprescindível adotar uma abordagem estratégica assente na partilha e disseminação de boas práticas. Este esforço deve envolver uma colaboração estreita entre os diversos intervenientes do setor público e privado, fomentando um ambiente de cooperação que facilite o intercâmbio de experiências e soluções inovadoras.

Paralelamente, o investimento na capacitação técnica dos recursos humanos das entidades públicas revela-se fundamental para fortalecer a sua capacidade interna e, assim, reduzir a dependência de consultorias externas. Estas medidas contribuirão para a criação de equipas técnicas mais qualificadas e preparadas para lidar com os desafios específicos.

POLICY NOTE

No mesmo sentido, é imprescindível assegurar o apoio técnico e o acompanhamento contínuo, ao longo das diferentes fases dos projetos. Este suporte deve incluir a orientação prévia durante a etapa de planeamento e a monitorização das atividades até à sua conclusão, garantindo não apenas o cumprimento das exigências legais, mas também a eficiência na implementação das iniciativas.

Por último, mas não menos importante, é necessário aumentar a literacia dos decisores políticos, em matérias relacionadas com a energia sustentável. Estes responsáveis desempenham um papel central na definição de prioridades e na mobilização de recursos para iniciativas locais, sendo, portanto, essencial que possuam um conhecimento aprofundado das vantagens, desafios e oportunidades associados à transição energética.

A necessidade de realizar levantamentos detalhados sobre as carências de capacitação nas autarquias, e criação de *hubs* regionais técnicos:

As faltas de capacitação das entidades do setor público advêm de fatores relacionados com a falta de recursos humanos especializados, a burocracia relacionada com a contratação, bem como a falta de formação especializada dirigida aos técnicos.

Assim, deverá ser adotada uma abordagem regional para a criação de um *pool* de técnicos qualificados, organizada em *Hubs* Regionais de Assistência Técnica. O objetivo é mobilizar profissionais especializados de forma ágil e eficiente, disponibilizando-os para apoiar a fase de candidatura e o desenvolvimento técnico de projetos no setor público, especialmente em municípios com recursos humanos reduzidos e capacidade técnica limitada. Numa primeira fase, será essencial mapear as necessidades específicas das autarquias, identificar as lacunas existentes em termos de competências técnicas e recursos disponíveis e com base neste diagnóstico, deverá ser estruturado um plano de formação direcionado, financiado para capacitar técnicos. Numa segunda fase, será necessário assegurar o financiamento para a contratação de quadros qualificados, permitindo que os *Hubs* Regionais operem de forma sustentada e eficaz. Esta abordagem estimula não só o fortalecimento das competências locais, mas também a criação de

uma estrutura técnica que garanta o suporte contínuo às autarquias na implementação de projetos de transição energética.

Seguindo o mesmo objetivo de dar resposta às necessidades de formação nas autarquias, o desenvolvimento de plataformas digitais de aprendizagem seria uma medida importante a desenvolver, oferecendo formação contínua e acessível, permitindo que os funcionários se atualizem sobre novas tecnologias e práticas de eficiência energética.

Partilha de melhores práticas entre municípios europeus, promovendo a criação de redes de cooperação para a troca de experiências, soluções e resultados:

A colaboração entre municípios e outras organizações do estado central e sector social com a partilha de boas práticas, permitirá a capacitação e motivação dos técnicos envolvidos pela decisão e gestão. Esta partilha poderá ser realizada através de intercâmbios técnicos entre diferentes regiões, permitindo que os profissionais adquiram novos conhecimentos e partilhem as suas próprias experiências. Não existe neste momento essa disseminação, e mesmo o site Eco.AP não possui informação relevante para além de números avulsos. O objetivo deve passar para mostrar exemplos de estruturas e contratação, de medição de poupanças, de experiência na gestão de projetos e de avisos, ou seja, tudo o que se passa num processo global de a a Z e não só na parte da definição de medidas.

2.3. Regulatório e Legislativo

A criação de mecanismos que reduzam a burocracia e agilizem os processos administrativos pode aumentar significativamente a eficiência na execução dos projetos, promovendo resultados mais céleres e sustentáveis.

Adaptação dos avisos de programas operacionais, de modo a torná-los mais adequados para a administração regional:

Uma das barreiras discutida nas reuniões do grupo de trabalho da transição energética no setor público diz respeito à forma como os avisos dos fundos europeus são

concebidos e operacionalizados. A perceção generalizada é que estes avisos estão frequentemente desligados das realidades operacionais das entidades públicas, resultando em procedimentos excessivamente burocráticos e desajustados face à capacidade técnica e administrativa da administração regional e local.

Recomenda-se o desenvolvimento de uma nova geração de fundos que, sem exigir alterações estruturais profundas, promovam ajustes cirúrgicos que tornem os avisos mais eficazes e adaptados ao terreno. Entre as melhorias propostas destacam-se: a inclusão de financiamento para modelos baseados em serviços (como contratos de desempenho energético), a simplificação dos requisitos de candidatura, o alargamento dos programas para além da reabilitação de edifícios, e a não obrigatoriedade do certificado energético como único critério para definição e medição de poupança, dado o seu carácter limitativo. Sugere-se ainda a articulação dos avisos com regimes de licenciamento simplificado para determinadas tipologias de projeto, e a criação de avisos de carácter contínuo, com aprovações tácitas parciais, de modo a evitar longos períodos de espera que atualmente chegam a prolongar-se por vários anos.

Necessidade de flexibilizar e simplificar a legislação relativa ao desenvolvimento de soluções de Eficiência Energética e Energia Renovável:

Um dos principais temas abordados por este GT foi as soluções de comunidades renováveis. Neste enquadramento, discutiu-se soluções de autoconsumo coletivo (ACC) bem como de comunidades de energia renovável (CER), e a dificuldade que o setor público tem em desenvolver ou implementar qualquer uma destas soluções. A burocracia do processo de implementação destas soluções em conjunto com a ausência de benefícios fiscais e as complexas normas de ligação à rede energética nacional, foram os obstáculos identificados pelos participantes deste GT nesta matéria.

O crescente destaque dado às CERs no debate público e político, muitas vezes encarado como uma "tendência" no setor das renováveis, contrasta com a realidade prática vivida pelas entidades públicas. Vários projetos em curso encontram-se bloqueados devido à indefinição ou ineficácia do atual enquadramento regulamentar. Esta repetida

POLICY NOTE

sinalização por parte de diferentes intervenientes deve ser interpretada como um alerta claro para a necessidade urgente de clarificar e adaptar as regras existentes, criando um ambiente regulatório mais estável, acessível e incentivador, que permita ao setor público desempenhar um papel ativo e eficaz neste tipo de iniciativas.

Anexos

Anexo 1: RAISE-PT: Mesas Redondas para Ação e Investimento em Energia Sustentável em Portugal

O Projeto *RAISE-PT: Mesas Redondas para Ação e Investimento em Energia Sustentável em Portugal*, é um projeto cofinanciado pela União Europeia (UE) através do programa europeu *LIFE*, e tem como objetivo impulsionar a transição energética em Portugal, e terá uma duração de dois anos. A UE está empenhada em que a Europa seja o primeiro continente a alcançar a neutralidade carbónica até 2050, como estabelecido no Pacto Ecológico Europeu. Este plano pretende reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa na Europa, das quais “mais de 75% provêm da produção e utilização de energia na EU”³.

Uma das principais estratégias definidas para alcançar este objetivo passa por aumentar a eficiência energética e aumentar o uso de fontes de energia renovável. Para isso, a UE está a promover ações que visam a melhor integração do sistema energético e aumentar a utilização de energias renováveis.

Esta transição energética exige investimentos consideráveis, tanto a nível público como privado. No entanto, as atuais barreiras de mercado estão a dificultar a realização do investimento necessário para garantir a transição energética.

Neste contexto, surge o RAISE, que tem como missão superar esses desafios e desenvolver soluções que facilitem a transição energética.

Um dos principais objetivos do RAISE é estabelecer uma comunidade colaborativa permanente dedicada à transição energética, promovendo um diálogo contínuo sobre os principais obstáculos e propondo soluções para viabilizar o investimento em energias renováveis. Paralelamente, pretende também incentivar a criação de soluções inovadoras para os desafios da transição energética. Assim, o projeto procura o

³ Comissão Europeia. (2021). *Pacto Ecológico Europeu: A Comissão propõe transformar a economia e a sociedade da UE para satisfazer as ambições climáticas*. Disponível em <http://surl.li/wtleqs>.

aperfeiçoamento do ambiente político e regulatório, de modo a facilitar o financiamento de iniciativas de energia sustentável, ampliando os investimentos para apoiar a transição energética e contribuindo para um futuro mais sustentável.

Este futuro prende-se em variadas áreas de ação. Desta forma, e mediante os requisitos pré-definidos para o enquadramento deste projeto, o RAISE definiu 5 domínios de intervenção prioritários, sendo estes:

- *Transição Energética na Indústria* - Em termos energéticos é o segundo maior setor consumidor de energia em Portugal e, por isso, muito relevante no âmbito do projeto.
- *Transição Energética no Setor Público* - Em termos energéticos, o setor público não é o mais intensivo, mas é o setor no qual a população tem uma dependência mais direta (saúde, educação, segurança, administração, etc.). Adicionalmente, e devido aos requisitos específicos de investimento no setor, a transição energética neste será muito mais desafiante, pelo que o impacto do projeto RAISE será também ele maior.
- *Transição Energética no Turismo* - Um dos sectores economicamente mais relevantes para o país. Este é um setor que se desenvolve maioritariamente no privado, o que o torna semelhante ao sector industrial. No entanto, a sua importância para o país e a diferença na tipologia de atividades, englobando a hotelaria, restauração e outros subsectores, justificam a sua adição ao projeto.
- *Pobreza Energética* - Qualquer alteração no sistema energético terá um impacto direto na energia dos agregados familiares, e uma vez que Portugal apresenta quase 19% da sua população em condição de pobreza energética, o projeto RAISE será uma oportunidade de tomar medidas de combate a esta situação.
- *Mercado das Renováveis* - Para que o sistema energético português seja fiável, sustentável e atrativo a investimentos de longo-prazo, este deve ter como principal pilar as energias renováveis. Por outras palavras, o futuro mais verde e sustentável consequente de uma transição energética, objetivo final do projeto RAISE, está dependente da evolução de um mercado de energia limpa e renovável, pelo que esta temática tem de estar presente neste projeto.

POLICY NOTE

O Projeto está a ser promovido pelo consórcio liderado pela *S317 Consulting*, e composto pela *DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor*, *RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente* e o *Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD)*.

O RAISE é ainda constituído por um Conselho Consultivo - *Advisory Board*, composto pela *ADENE - Agência para a Energia*, *Associação Portuguesa de Bancos (APB)*, *Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia (APESE)*, *Confederação Empresarial de Portugal (CIP)* e *Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)*, que reúnem conhecimento técnico, científico e académico de excelência assegurando a precisão das análises e resultados apresentados pelo projeto.

Uma vez que o setor financeiro desempenha um papel essencial no apoio à execução de projetos de energia sustentável, o RAISE também conta com apoio do Painel Consultivo Financeiro, composto pela *Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN)*, *Banco Português de Investimento (BPI)*, *Caixa Geral de Depósitos (CGD)*, *Crédito Agrícola*, *Euronext*, *Fidelidade*, *GoParity*, *IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação* e *Portugal Ventures*, entidades de relevo do setor financeiro, investidas na promoção da transição energética e da literacia financeira.

Anexo 2: Participante no GT2- Transição Energética no Setor Público

O GT da Transição Energética no Setor Público contou com a participação ativa de diversas entidades, do setor público e privado.

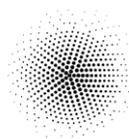
Setor	Entidade Participante
Câmaras Municipais	Câmara Municipal da Lousã
	Câmara Municipal de Braga
	Câmara Municipal de Almada
	Câmara Municipal de Gondomar
	Câmara Municipal da Maia
Empresas	Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM.
	Bright City, S.A.
Instituição Social	Coopérnico - Energia Verde, Sustentabilidade, Cidadania
Agências de Energia	S. ENERGIA - Agência Regional de Energia - Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete
	AREANATEjo - Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Alentejo
	Energiaia - Agência de Energia da Área Metropolitana do Porto
	Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho
	Energidura - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura
Comunidade Intermunicipal	Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

The logo for RAUSE features two blue upward-pointing chevrons above the word "RAUSE" in a bold, blue, sans-serif font.

INVESTIR
NA TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA



Cofinanciado pela
União Europeia



S317
CONSULTING

DECO
SEMPRE CONSIGO



Cofinanciado pela União Europeia.

No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são da exclusiva
responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da
União Europeia ou do CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade que concedeu o
financiamento podem ser responsabilizadas pelos mesmos